

O SEQUESTRO DA AUTONOMIA PELA INDÚSTRIA CULTURAL: DA MANIPULAÇÃO DA VONTADE À ALIENAÇÃO DE SI E DA REALIDADE*

THE KIDNAPPING OF AUTONOMY BY THE CULTURAL INDUSTRY: FROM THE MANIPULATION OF WILL TO THE ALIENATION OF SELF AND REALITY

Rafael Junio Mendes Moreira**

RESUMO

A presente comunicação visa analisar o sequestro da autonomia do sujeito pela indústria cultural, destacando como os meios de comunicação e entretenimento atuam na manipulação da vontade. A reflexão parte da concepção de pessoa como ser único, mas influenciado pelo meio cultural. A teoria crítica de Adorno e Horkheimer, retomada por Rodrigo Duarte (2014), evidencia que a indústria cultural exerce controle social ao direcionar comportamentos e percepções. Utilizando recursos como o *kitsch* e *tecnoimagens*, a cultura de massa cria produtos imediatos e sensíveis que aparentam atender necessidades humanas, mas desviam a consciência crítica, induzindo escolhas que parecem livres, mas são orientadas.

PALAVRAS-CHAVE: autonomia; pessoa humana; indústria cultural; manipulação; responsabilidade.

ABSTRACT

This communication aims to analyze the seizure of the subject's autonomy by the culture industry, highlighting how the media and entertainment operate in the manipulation of will. The reflection starts from the conception of a person as a unique being, but influenced by the cultural environment. The critical theory of Adorno and Horkheimer, revisited by Rodrigo Duarte, shows that the culture industry exerts social control by directing behaviors and perceptions. Using resources such as kitsch and techno-images, mass culture creates immediate and sensitive products that seem to meet human needs, but divert critical consciousness, inducing choices that appear free, but are guided.

KEYWORDS: autonomy; human person; cultural industry; manipulation; responsibility.

1 INDÚSTRIA CULTURAL – CONCEITO E DESDOBRAMENTOS

O conceito de indústria cultural, formulado por Adorno e Horkheimer tornou-se, segundo Duarte (2014), uma das categorias mais influentes da teoria crítica. Com ele, os autores buscavam denunciar o processo de padronização e massificação das produções culturais na modernidade.

* Comunicação recebida em 31/12/2025 e aprovada para publicação em 01/06/2026. Comunicação apresentada no V Simpósio Internacional sobre Metafísica e Filosofia Contemporânea da PUC Minas em 28/10/2025.

** Graduado em Filosofia pela PUC Minas e em Administração pela Faculdade Promove de Sete Lagoas. Graduando em Teologia pela PUC Minas. E-mail: rafael.moreirafl@gmail.com.

A expressão “indústria cultural” sublinha o caráter planejado, técnico e mercadológico das produções culturais, que passam a obedecer à lógica da mercadoria e da racionalidade instrumental¹. Nesse cenário, a arte, a música, o cinema, a literatura e até mesmo o entretenimento cotidiano deixam de ser espaços de emancipação ou reflexão crítica, transformando-se em veículos de reprodução ideológica, voltados para a manutenção da ordem social vigente. O termo, portanto, designa uma crítica radical ao modo como a cultura, submetida às engrenagens do capital e da comunicação de massa, pode limitar a autonomia do sujeito e moldar sua consciência, promovendo conformismo em lugar de liberdade.

A princípio Duarte (2014) esclarece que o entretenimento de massa foi necessário quando o tempo livre foi alcançado pelos trabalhadores. Segundo ele, a gênese desse complexo nasce em um processo que mescla o lazer dos trabalhadores e a vigilância de autoridades policiais e legais. Por esse motivo, ainda na concepção dessa indústria, o entretenimento possuía conteúdo “quase sempre moralista e potencialmente disciplinador” (Duarte 2014, p. 22), o que ressalta seu potencial controlador. Dessa forma, de acordo com Duarte (2014), a indústria cultural se organizou em grandes corporações que operam aos moldes capitalistas orientada em dupla direção: “os objetivos não são apenas de lucrar com a produção e a venda de mercadorias culturais (artigos destinados ao entretenimento), mas também de **direcionar, tanto quanto possível**, o comportamento das massas” (Duarte, 2014, p. 28, grifo nosso).

A estratégia para conseguir o efeito desejado de resignação e disciplina consiste em uma farsa que premeditadamente desvia a reflexão crítica e a atenção da realidade por meio da manipulação da pessoa usando como matéria prima para isso a sua própria subjetividade. A percepção do sujeito é enganada por uma espécie de sucedâneo que Duarte (2014, p. 18) denomina como “*kitsch*”; o autor explica que esse conceito remete

[...] a uma palavra de origem alemã que designa um objeto de forte apelo sensível e emocional que poderia ser identificado, na maior parte das vezes, como uma espécie de fraude, já que nunca é o que parece ser e é sempre o “estereótipo” de um protótipo inacessível. O kitsch agrada as camadas mais amplas do povo sem ter necessariamente um enraizamento na cultura propriamente popular.

Nesse percurso, os meios tecnológicos, que começaram a aparecer desde o final da década de 1880, potencializaram essa técnica em grande escala, proporcionando um realismo

¹ Duarte (2014, p. 25) define essa concepção como “mobilização da racionalidade para fins de valorização do capital”.

que emula a vida real, mas na verdade induz padrões de pensamento e de comportamento por meio dessa emulação.

É importante perceber que a indústria cultural trabalha exatamente com as sensibilidades do seu público. Dessa forma, a produção de conteúdo usa essa demanda como elemento que garante a aprovação do produto. O sujeito notoriamente tende ao produto porque este oferece ou o alívio de seu sofrimento ou satisfação de uma necessidade, o que faz com que o consumidor acredite estar fazendo uma escolha livre, quando na verdade ela foi induzida e condicionada de forma engendradora. Nesse sentido Duarte (2014, p. 29, grifo nosso) evidencia que “a indústria cultural nunca deixou de levar em consideração **necessidades afetivas (inclusive libidinais)** latentes de seu público”. O conteúdo era produzido de forma a “atender de modo mais imediato possível a **carência das massas** por entretenimento que lhes aliviasse o sofrimento do trabalho extenuante e desprovido de perspectivas humanas” (Duarte, 2014, p. 34, grifo nosso).

Assim, a indústria cultural revela-se não apenas como fornecedora de entretenimento, mas como uma engrenagem de controle, que ao explorar as necessidades subjetivas, transforma o lazer em instrumento de manipulação e dessa maneira restringe a autonomia crítica do sujeito agindo diretamente em uma faculdade que lhe é própria: a vontade livre.

2 AUTONOMIA E VONTADE: ENTRE INSTÂNCIAS DE ESCOLHA E ZONAS DE MANIPULAÇÃO

A palavra autonomia provém do grego **αὐτονομία** (1984, p. 93). Ela é formada pela junção de outras duas: **αὐτός** traduzida por “si mesmo, de si mesmo, por si mesmo” (1984, p. 94) e **νόμος**, traduzida por “uso, **costume, opinião geral, máxima, lei**” (1984, p. 391, grifo nosso).

A partir de sua etimologia, autonomia por ser entendida como “a lei de si mesmo”. No âmbito geral, autonomia é um conceito relacionado à capacidade de gerir a própria vida, sobretudo no que diz respeito à ação e à tomada de decisão. Essa compreensão inicial parte do pressuposto de que tal decisão provém unicamente do sujeito, como exercício de sua capacidade de autogestão. Embora isso seja verdade, entender o conceito a partir de sua originalidade permite perceber que esse processo pode sofrer influências e desenvolver condicionamentos.

A palavra **νόμος**, como raiz que compõe autonomia, relaciona em sua amplitude semântica: lei, costume e opinião geral, conforme tradução de Isidro Pereira. Compreendê-la a partir dessa inter-relação leva a entender que o exercício da autonomia não é isento de

influências, pois costumes são gerados tanto a partir do convívio quanto da opinião geral. Isso implica perceber que a norma internalizada por um indivíduo ao fim de um processo social, como um valor que pauta sua visão de mundo e suas ações, pode ser fruto de um construto que não necessariamente lhe permite decidir a partir de si mesmo inteiramente.

Essa perspectiva ganha enfoque quando se considera que a instância de decisão do homem se efetiva na faculdade da vontade. Nesse sentido, a filosofia de Agostinho e Tomás de Aquino esclarece como o processo que se dá na vontade é importante para a ação humana e, por esse mesmo motivo, contribui com nossa análise, apontando como ela pode se tornar um elemento de manipulação.

Primeiramente, a vontade é concebida por Agostinho como a faculdade mais íntima da alma pela qual o ser humano se move, sempre em direção a um bem ao qual adere, ou se afasta. Reale e Antiseri (1990) retratam que esse processo implica conceber a vontade como um mecanismo ativo e autônomo que, embora estando ligado à razão, é livre para movimentar-se e aderir a um bem determinado por uma escolha própria. O processo que se dá na vontade envolve querência, movimento e adesão. Nessa dinâmica a vontade escolhe e torna-se o princípio de sua própria ação e de seu movimento, o que por sua vez não acontece na razão embora esteja a ela ligada. A vontade, segundo Agostinho (1995) tende para algo apresentado diante de si pela razão e, tendo a capacidade de agir, determina seu ato por meio da escolha. De acordo com ele:

a vontade obtém, no **aderir** ao Bem imutável, os maiores bens do homem [...]. Em contraposição, ela peca, ao se afastar do Bem imutável e comum, para se voltar para o seu próprio bem particular, seja exterior, seja inferior. Ela **volta-se para seu bem particular**, quando quer ser senhora de si mesma; [...] Desse modo, o homem [...] fica sujeito [...] por sua vez, essa aversão e essa conversão não são forçadas, mas **voluntárias** (Agostinho, 1995, p. 141, grifos nossos).

O processo descrito por Agostinho evidencia que a vontade se constitui como um movimento autônomo no processo de escolha, entretanto esse movimento direciona-se sempre a um bem, seja ele imutável ou mutável². É importante ter em vista esse aspecto, porque o movimento da vontade, por consequência direta, efetiva a escolha ou decisão. Partindo do princípio de que esse movimento adere a um bem, pode-se admitir que a escolha pode sofrer

² Agostinho envolve na discussão o aspecto religioso, uma vez que parte da premissa de que a plena ação da vontade acontece quando esta é orientada pela razão e pela graça de Deus em maior instância. Como nosso objetivo não aborda estritamente a moral e a religião, muito embora sejam esses aspectos de extrema relevância, nos deteremos apenas na descrição da vontade e sua ação no comportamento humano.

influências de acordo com a forma, intensidade e atratividade com que esse bem é apresentado à vontade. É possível reconhecer, então, que um bem que é inferior pode ser apresentado à vontade sob aparência de um bem superior, burlando ou desviando o processo de análise racional acerca desse bem no processo de escolha.

Tomás de Aquino aprofundou a definição Agostiniana tratando a vontade como um apetite, o que corresponde a um desejo ordenado pela razão que tende a um bem. Em seu pensamento a vontade liga-se estritamente à razão assumindo a condição de apetite racional (Martines, 2019, p. 253). Ela é compreendida na ótica tomista como uma tendência para um objeto em vista de um fim determinado. No que diz respeito à ordenação da vontade, Tomás de Aquino parece aproximar-se de Agostinho corroborando a ideia de que a razão deve ser a instância primeira que ordena e conduz a ação da vontade indicando-lhe a melhor possibilidade ou escolha a ser feita. Martines (2019, p. 253) aponta que “Tomás de Aquino especifica que o bem é apresentado à vontade pela razão como objeto e, enquanto está sob a ordem da razão, pertence ao gênero moral e causa bondade moral no ato da vontade”.

A definição de Tomás de Aquino permite intuir que a vontade por si não difere com clareza o bem ou fim último a aderir, mas depende da razão para discernir o verdadeiro bem. Sendo ela um apetite, tende naturalmente a um bem, mas é a razão que torna claro esse verdadeiro bem. Nas palavras de Tomás de Aquino (2009, p. 143, grifo nosso), “a vontade é um apetite racional. Todo apetite é somente de bem. A razão disto está em que o apetite nada mais é do que a inclinação daquele que deseja alguma coisa. Ora, nenhuma coisa se inclina senão para algo semelhante e conveniente a si”. Dessa forma, há um itinerário que acontece entre o conhecimento e a escolha que envolve razão e vontade. Por conseguinte, a proposição tomista nos aponta que a vontade é essencialmente livre para escolher entre vários bens particulares que lhe são apresentados, mas a sua inclinação última é necessária: a felicidade. Destacar esse aspecto é fundamental porque permite compreender que a ação humana busca a felicidade aderindo, escolhendo, voltando-se sempre para um bem.

Naturalmente há uma grande responsabilidade do homem envolvida em suas ações porque esse processo é mediado pela razão, mas é preciso perceber que, nesse itinerário, a felicidade pode ser-lhe apresentada com um aspecto que parece satisfazer esse anseio natural, quando na realidade representa um instrumento que estritamente por essa tendência, o aprisionará, alienando-o da realidade, quando não alienando-o de si mesmo. Sobre esse aspecto afirma Tomás (2009, p. 143, grifo nosso): “o fim é o bem ou o que tenha **aparência** de bem”. O doutor esclarece que

a vontade humana, como todo apetite, [...] é animada por uma espontaneidade profunda, natural, que a leva ao bem. O mal só pode ser querido se ele parecer bom por certo aspecto. A vontade é desejo do bem e identicamente **desejo da felicidade** [...] O bem se define por seus efeitos: **atração, amor, desejo que ele provoca**. O bem comporta a ideia de qualidade, de perfeição, de plenitude. Causa por si atração, amor e felicidade. Assim, o amor e o desejo serão os primeiros atos da vontade (Tomás, 2009, p. 143, grifos nossos).

Dessa forma, é possível admitir que a vontade, segundo Tomás de Aquino, embora livre em relação aos bens particulares, possui uma inclinação última para a busca da felicidade, entendida como plenitude do bem. Tal perspectiva revela a grandeza da liberdade humana e igualmente a responsabilidade diante da preservação desta, mas em contrapartida mostra que a motivação de uma ação pode ser condicionada, arrastada ou desviada para um bem aparentemente verdadeiro, mas que pode afastar-se de seu fim último. Isso revela tanto a grandeza quanto a vulnerabilidade da condição humana diante do exercício de sua própria autodeterminação.

3 O SEQUESTRO DA AUTONOMIA PELA INDÚSTRIA CULTURAL

A relação entre a indústria cultural e a manipulação do comportamento humano é mais direta do que se costuma pensar. Essa relação evidencia-se no modo como os meios de comunicação, sobretudo os de entretenimento, e a produção simbólica orientam os desejos e escolhas dos indivíduos, sequestrando, em grande medida, sua autonomia. Ao oferecer bens e experiências revestidos de atratividade imediata, com forte apelo sensível e emocional, a indústria cultural cria a ilusão de felicidade em produtos culturais que aparentam ser bons, mas que na sua forma e conteúdo desviam o homem de sua capacidade crítica. Esse processo não se limita ao consumo, mas atinge a estrutura da vontade, que inclinada naturalmente ao bem, pode ser seduzida por falsas aparências de realização. Nesse contexto, a busca legítima pela felicidade, distorcida por esse processo, torna a autonomia do sujeito vulnerável, revelando um mecanismo sutil de manipulação que atua precisamente sobre a liberdade humana, trata o homem como objeto de condução, em um estado permanente de resignação e passividade que aceita tudo como dado sem se questionar ou refletir.

O processo começa quando os produtores de entretenimento perceberam que a grande massa de trabalhadores precisava, em seu tempo livre, de algo que lhes proporcionasse uma percepção de relaxamento e descanso das fadigas diversas oriundas da rotina laboral. Trata-se de um aspecto importante, porque o ritmo frenético do trabalho, sobretudo junto à máquina,

fazia com que o trabalhador operasse segundo o funcionamento da máquina e não de seu próprio organismo. Essa rotina, que é repetitiva e muitas vezes exaustiva, acarreta uma série de desgastes físicos, mas também psicológicos³.

Tendo em vista esse cenário, a estratégia implantada pela indústria cultural foi fornecer um tipo de entretenimento que ia ao encontro das necessidades afetivas dos trabalhadores, conforme já delineamos primeiramente. De início parece algo inofensivo, entretanto o risco se concentra no fato de que as mercadorias culturais deveriam atender essa demanda “sem colocar em risco a ordem estabelecida” (Duarte, 2014, p. 29). Trata-se de uma espécie de conteúdo, articulada de forma a levar o trabalhador a entender-se dentro de um todo organizado do qual ele deve alcançar a felicidade aceitando-se dentro desse complexo. Duarte (2014, p. 29) evidencia esse fator ao mostrar que existiam “filmes, rádio, novelas etc., em que dramas humanos, familiares ou sociais reais encontravam sua resolução na aceitação do *status quo* e não no engajamento dos protagonistas numa luta que visasse superar a situação que originou o enredo”. A estratégia foi efetiva, porque a resignação passava despercebida pelo senso crítico, visto que o aspecto emotivo atrelado às necessidades do trabalhador fazia transparecer um bem estabelecido nesse processo. De acordo com Duarte (2014, p. 29) “a manipulação das massas não era percebida por elas como tal, mas apenas como o fornecimento dos artigos de entretenimento dos quais elas necessitavam no seu tempo livre, e que seriam consumidos por elas a partir de sua livre escolha”.

Com efeito, o produto oferecido sob forma de entretenimento, opera no aparato cognitivo humano o que, segundo Duarte (2014, p. 30, grifo nosso), tomando a expressão de Adorno e Horkheimer, denominou “**confiscação do esquematismo**”. De acordo com ele, o esquematismo foi definido por Kant, na *Crítica da razão pura*, como “um procedimento oculto nas profundezas da alma humana, que promove a ligação das nossas percepções sensíveis com os conceitos que se encontram em nosso entendimento, proporcionando o conhecimento propriamente dito” (Duarte, 2014, p. 30).

³ É salutar mencionar que a descoberta desse aspecto foi possível a partir da abordagem humanista proporcionada pela teoria das relações humanas que teve seu início em 1929 com a experiência de Hawthorne desenvolvida por Elton Mayo. A experiência constatou que o homem é influenciado pelo meio em que vive e que suas necessidades exercem influência direta na produtividade. Além disso, o estudo apontou uma hierarquia de necessidades humanas que parte do material até alcançar o subjetivo como reconhecimento, pertença e sentir-se amado. De acordo com Monego *et al.* (2021, p. 255), essa teoria mostra que “o trabalhador passou a ser visto como homem social cujo comportamento é dinâmico e complexo, atuando como centro da discussão. É a partir dessa mudança que as tomadas de decisões realizadas dentro da empresa passam a levar em consideração seus funcionários e suas necessidades”.

Os produtos audiovisuais da indústria cultural confiscam o esquematismo exatamente ao entregar “a chave de sua interpretação oficial” (Duarte, 2014, p. 30). Esse sistema evidencia, portanto, que o sequestro não é só do esquematismo, mas da autonomia do sujeito, pois o caminho de reflexão natural da razão se não foi solapado, foi desviado para um destino cuja solução já está dada. Rouba do ser humano sua autonomia de pensamento e sua liberdade de reflexão. A consequência disso é que ele se torna um fantoche seguindo padrões de pensamento e de comportamento.

A estratégia é ainda mais eficaz porque a alta precisão tecnológica dos produtos audiovisuais pode “emular, com meios eletrônicos, a vivência de uma situação antes restrita ao nosso aparelho perceptivo inato” (Duarte, 2014, p. 10). Indubitavelmente a imediatez que é característica principal desse universo é apenas aparente, uma vez que “para cada fenômeno audiovisual que se dá imediatamente à nossa percepção há uma complexíssima rede de relações sociais, econômicas e políticas que se desenvolve não necessariamente em favor do percipiente desinformado sobre seu funcionamento, suas motivações e objetivos” (Duarte, 2014, p. 11).

Nesse contexto, o fator que opera maior grau de ofuscamento da capacidade crítica está no realismo presente nos conteúdos audiovisuais. A intervenção é cirúrgica, entretanto sem bisturi, suturas ou cicatrizes: “criam uma espécie de mundo paralelo, em que as imagens e os sons fornecidos pelos meios de comunicação emulam a realidade, com a vantagem de suprimir dessa emulação todos os elementos que poderiam estimular uma consciência crítica” (Duarte, 2014, p. 40).

Criar esse mundo paralelo que ofusca a capacidade crítica da pessoa tornou-se possível especialmente por um mecanismo usado em larga escala nos produtos culturais: as *tecnoimagens*. Esse tipo de imagem, altamente tecnológica e com pretensão de realismo efetua uma codificação que substitui o simbólico pelo sintomático, visto que a estratégia precisa passar necessariamente pela sensibilidade. Sendo assim, as “*tecnoimagens* pretendem não ser simbólicas, mas sintomáticas, objetivas (em virtude do seu realismo)” (Duarte, 2014, p. 47). O mecanismo gera um processo de programação: a interpretação já é fornecida, sem passar pela razão. Alcança-se, dessa forma, alto grau de aceitação do produto em virtude da forma com que ele prende o expectador pela sensibilidade. De fato, “a pretensão à verdade das *tecnoimagens* é insustentável, porque os aparelhos transformam sintomas em símbolos, isto é, dependem do tipo de programação que os programadores neles inserem” (Duarte, 2014, p. 48).

Embora esses produtos se apresentem como algo habitual da vida dos consumidores eles promovem uma espécie de deslocamento do eu, em sua subjetividade, prendendo o espectador

em uma rede de sensações que impedem a capacidade crítica de vir à tona. Segundo Duarte (2014, p. 48, grifo nosso) “na diversão, a oposição dialética entre eu e mundo é **desviada** para um terreno intermediário, o das sensações **imediatas**”. É precisamente nesse aspecto que o mecanismo atinge a faculdade da vontade, aproveitando de sua inclinação natural a um bem para colocar diante dela um bem apenas aparente e muito atrativo ao apetite justamente porque apela à sensibilidade. Dado que isso ocorre dentro de um sistema, o conteúdo processado é impermeável pois é “uma vivência meramente sensorial em que não há memória: nada é conservado, sendo secretado pelo nosso organismo espiritual do mesmo modo que nele entrou” (Duarte, 2014, p. 48).

O resultado antropológico desse procedimento é o “enfraquecimento dos ‘eus’” (Duarte, 2014, p. 32) fomentado por um ambiente individualista no qual, por meio dos produtos culturais, se inserem as pessoas em um enredo “pseudotrágico em que o protagonista sai da situação conflituosa exatamente como entrou, sem nenhum aprendizado ou perspectiva de que, no futuro, o mundo venha a ser diferente (melhor) do que é hoje” (Duarte, 2014, p. 33). Com sua identidade enfraquecida e sua autonomia cerceada, a pessoa humana está pronta para ser submetida a qualquer sistema, sem hesitar acerca de nenhum aspecto.

Sendo assim, a indústria cultural revela-se como um dos mecanismos mais nocivos de nossa contemporaneidade. Ao substituir a experiência crítica por vivências sensoriais imediatas, ela não apenas enfraquece o sujeito em sua capacidade de reflexão e decisão, ela sequestra sua autonomia e o transforma em cúmplice involuntário de sua própria alienação, resignado a um mundo e uma vida que lhe são dados como inevitáveis.

Em tempo de respostas prontas, o vigor do questionar e do refletir impõe-se como necessidade estruturante do pensamento. Nesse cenário, o sequestro ou ofuscamento da capacidade de reflexão representa um perigo inexorável e abre precedentes para a barbárie. Olhar para a importância do tema a que nos propomos representa tão somente um apelo para a posição fundamental de sujeito emancipado, livre, e não de objeto no qual o homem foi posto na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. **O livre arbítrio**. Tradução, organização, introdução e notas de Nadir de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

αὐτονομία. In: PEREIRA, Isidro S. J. **Dicionário grego-português e português-grego**. 6. ed. Porto: Editora Livraria Apostolado da Imprensa, 1984.

αὐτός. In: PEREIRA, Isidro S. J. **Dicionário grego-português e português-grego**. 6. ed. Porto: Editora Livraria Apostolado da Imprensa, 1984.

DUARTE, Rodrigo. **Indústria cultural e meios de comunicação**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. (Filosofias: o prazer do pensar, 30).

MARTINES, Paulo. O ato moral segundo Tomás de Aquino. **Revista Transformação**, São Paulo, v. 42, n. spe, p. 249-264, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2019.v42esp.14.p249>. Epub 09 mar. 2020. Acesso em: 3 nov. 2022.

MONEGO, Emilia; SCHWERTZ, Fabio Lopes; MEDEIROS, Fernanda dos Santos; BARROS, Juliano Carvalho. Teorias da administração e das relações humanas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, v. 8, p. 254-261, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1882>

νόμος. In: PEREIRA, Isidro S. J. **Dicionário grego-português e português-grego**. 6 ed. Porto, Editora Livraria Apostolado da Imprensa, 1984.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990.

TOMÁS, de Aquino, Santo. **Suma teológica**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009. v. 3, pt. 2, se. 1.